

O MOVIMENTO QUILOMBOLA NA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE:

história, memória e identidade de comunidades remanescentes de quilombos em Pinheiro.

MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO DE ALMEIDA*

1. INTRODUÇÃO

O Maranhão no início do século XIX contava com maior percentual de escravos na sua população total, isto é, mais da metade (ASSUNÇÃO, 1996). Isso se deu em função de uma maior dinamização da economia do Estado e da sua inserção definitiva no contexto agroexportador português, que ocorrera a partir da segunda metade do século XVIII, favorecidas pelos incentivos trazidos pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, o que concorreu, portanto, para a intensificação do tráfico de negros africanos para a região a fim de alimentar de mão-de-obra escrava as lavouras de algodão, arroz, cana-de-açúcar, assim como as demais atividades na Província.

Muitos desses escravos foram trazidos para a região da Baixada Ocidental Maranhense, sobretudo para as capitanias de Cumã e Tapuitapera, (atualmente os municípios de Guimarães e Alcântara, respectivamente), as maiores produtoras de algodão e cana-de-açúcar da região, que também produziam alimentos como a mandioca e arroz.

Especialmente a partir da metade do século XIX, quando se desenvolveu nessa região a produção açucareira, formaram-se muitos quilombos, instrumento de resistência à rigidez do trabalho escravo. Com o declínio da lavoura, seguido da abolição da escravidão, os ex-escravos que permaneceram na região constituíram as localidades chamadas “terras de preto” (FARIAS FILHO, 2012), muitas delas hoje reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombos.

Os estudos relacionados à trajetória do negro livre maranhense pós-abolição ainda são poucos, daí ser este um campo que ainda oferece grandes possibilidades de pesquisas,

* Professora da Rede Estadual de Educação do Estado do Maranhão, Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002).

ampliando dessa forma o conhecimento produzido acerca do assunto, o que certamente contribuirá para o enriquecimento da historiografia maranhense.

Dentre os que se ocuparam da questão – o negro no pós-abolição- embora sem um aprofundamento maior, destaque para Dunshee de Abranches (1993), que, analisando a situação do negro livre pela Lei Áurea, ressalta como o sentimento de liberdade agiu sobre os ex-escravos. Segundo esse autor, muitos ex-escravos maranhenses de posse de sua liberdade migraram do campo para a cidade de São Luís, onde esperavam encontrar vagas no parque fabril que ora se formava, havendo assim uma “deserção das roças pelos libertos que afluíam para os centros fabris, onde imaginavam ser mais bem remunerados” (ABRANCHES, 1993, p. 33). Porém, o ex-escravo não era admitido nas fábricas, tanto pela limitação da capacidade de absorção de mão-de-obra, não dando conta de atender à demanda de trabalhadores disponíveis, como pela própria rejeição ao ex-escravo como força de trabalho assalariada.

A desagregação da economia rural maranhense de base escravista provocou, por outro lado, um outro fenômeno ocorrido nas últimas décadas do século XIX, que foi o abandono de muitas fazendas por seus proprietários, o que oportunizou ao ex-escravo a possibilidade de permanecer nessas terras abandonadas, onde já trabalhavam e ali preservar formas simples de viver, mantendo suas tradições de trabalho, família, religiosidade, etc. importantes elementos que ajudariam na manutenção de uma identidade negra. Essas terras, agora ocupadas pelos negros ex-escravos e seus descendentes é que seriam então denominadas pelos próprios moradores, assim como por aqueles que habitavam seu entorno, como “terras de preto”, um tipo de classificação que indica a terra como fator de identidade étnica, mas que também podia delimitar o espaço onde viviam esses negros, tanto para si mesmo quanto para aqueles que estavam de fora. (PROJETO VIDA DE NEGRO, 2002).

Essas comunidades negras formadas a partir do fim da escravidão no Maranhão têm se tornado campos férteis para a pesquisa nas diversas áreas científicas, sobretudo, das ciências sociais desde a década de 1980. Merece destaque, em se tratando do Maranhão, o importante trabalho realizado pelo *Projeto Vida de Negro*, da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, cuja pesquisa desenvolvida por uma equipe multidisciplinar, resultou no lançamento de vários volumes, contendo os resultados obtidos nos estudos desenvolvidos pelo

Projeto sobre essas comunidades, trazendo informações fundamentais para fomentar outras iniciativas de pesquisas nessas localidades.

Este estudo tem como foco central o movimento quilombola na Baixada Ocidental Maranhense, com uma atenção maior para o processo de luta dessas comunidades negras reivindicando o reconhecimento como “comunidade remanescente de quilombo”, partir do que estabelece a Constituição de 1988, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que garante a propriedade definitiva das terras aos remanescentes de quilombos que as estejam ocupando.

A Baixada Ocidental Maranhense que no passado concentrou muitos quilombos, sobretudo, na segunda metade do século XIX, representa hoje uma das regiões do Estado com maior número de comunidades remanescente de quilombos, embora nem todas estejam certificadas pela Fundação Cultural Palmares ou pela Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), e muito menos tituladas, situação essa que representa o grande desafio para essas comunidades no Brasil inteiro.

Essa realidade e o significado dessa luta para a constituição de uma identidade étnica e cultural dessas comunidades negras motivou a elaboração deste projeto de pesquisa, cuja proposta é desenvolver um estudo sobre movimento quilombola na Baixada Ocidental Maranhense, concentrando a atenção em Pinheiro, principal município da região e que abriga um número considerável número de comunidades negras remanescentes de quilombos, estando elas certificadas, em processo de certificação e até mesmo tituladas, como é o caso de Altamira e Rio dos Peixes. O recorte temporal desta pesquisa compreende o período entre o final da década de 1980, quando o direito às terras remanescentes de quilombos é inserido no texto constitucional de 1988, até a primeira década do século XXI, quando, além das dificuldades enfrentadas para fazer valer as determinações do texto constitucional, enfrenta-se outra batalha que é a pressão pela ilegitimidade desse direito.

A luta pela legalização dos territórios das comunidades negras rurais no Maranhão antecede a Constituição de 1988, tendo início por volta de 1979, através da ação do Centro de Cultura Negra do Maranhão, o qual, diante de informações da existência de conflitos envolvendo proprietários rurais e moradores dessas comunidades, inicia um trabalho de visita às mesmas a fim de tomar conhecimento da real dimensão desses conflitos. Outra importante

aliada à luta das comunidades negras rurais maranhenses pela posse da terra foi a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, através do *Projeto Vida de Negro*, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, auxiliando, inclusive no processo de reconhecimento de muitas delas como comunidades remanescentes de quilombos.

O movimento quilombola na Baixada Ocidental Maranhense é bastante amplo, pois, como já foi dito, nessa região estão localizadas muitas comunidades negras rurais do Maranhão que, ao mesmo tempo em que se organizam para serem reconhecidas como comunidades quilombolas, também enfrentam grandes dificuldades em manterem-se nas terras ora ocupadas. No intuito de viabilizar esta pesquisa, optou-se por trabalhar, especificamente, no município de Pinheiro, e em apenas cinco comunidades, a saber: Santana dos Pretos, Cuba, Altamira, Estrela e Rio dos Peixes. As comunidades escolhidas transitam aquelas já reconhecidas pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente de quilombos (Santana dos Pretos, Rio dos Peixes, Estrela); comunidades não reconhecidas pela Fundação Palmares (Altamira, Cuba, Estrela); comunidades tituladas (Rio dos Peixes e Altamira). Como se pode observar, essas comunidades vivem realidades diversas, o que determina a ação do movimento em cada uma delas

O MOVIMENTO QUILOMBOLA NO MARANHÃO.

O quilombo representou, como afirma Moura (1981, p. 87), “a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil”. O quilombo no passado e as comunidades remanescentes de quilombos no presente aproximam-se, sobretudo, por um detalhe: a resistência.

Segundo Nascimento (1980), a abolição foi apenas um ato de natureza jurídica, permanecendo a luta do negro pelo direito à terra de onde retiram quase tudo para sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que funciona como espaço de preservação de seus elementos culturais.

Os primeiros passos do movimento quilombola no Maranhão foram dados no final da década de 1970. É um movimento envolvendo as comunidades negras rurais formadas a partir

do período pós-abolição (FIABANI, 2008), cujo objetivo maior é defender a posse dos territórios ocupados. Ao se propor um enquadramento do movimento quilombola no Maranhão nas propostas conceituais de movimento social, é importante compreendê-lo na categoria de “novos movimentos sociais” os quais se centram nas questões identitárias.

Para especificar ainda mais o movimento quilombola no Maranhão, classifica-se como um movimento social de cunho identitário, conforme a definição apresentada por Melucci (1999), segundo a qual, esse é uma espécie de movimento cuja luta se trava pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, porém, o debate que isso provoca acaba por atingir importantes temáticas que influenciam a estrutura social e a constituição da sociedade, tendo como exemplo as lutas das comunidades remanescentes de quilombo pelo reconhecimento do direito de posse das terras por elas ocupadas, que é o “motor” do movimento quilombola, não apenas no Maranhão, mas em todo o País.

O movimento quilombola no Maranhão formou-se a partir da identificação de conflitos agrários presentes no interior do Estado. O Centro de Cultura Negra, criado em 1979, e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, elaboraram com apoio da Fundação Ford e a participação de profissionais de diversas áreas o *Projeto Vida de Negro*, o qual, além de promover uma reflexão sistemática sobre as mobilizações quilombolas, se constituiu “num instrumento de ação e apoio no reconhecimento jurídico-formal das comunidades remanescentes de quilombos” (PROJETO VIDA DE NEGRO, 2005, p. 15).

O Movimento Negro Nacional por ser de caráter mais urbano e discutir questões mais gerais não esteve à frente do movimento quilombola no Maranhão que era de natureza agrária, como aponta Fiabani (2008).¹

As comunidades negras hoje reconhecidas como *remanescentes de quilombos* não são, necessariamente, originárias de quilombos no passado, visto que os territórios ora ocupados por elas provêm de diversas origens. Muitas dessas terras são resultantes de fazendas falidas que foram abandonadas por seus proprietários brancos, de doações de terras para escravos por

¹ Mundinha Araujo realizou as primeiras visitas nas comunidades negras rurais do Maranhão, ao tomar conhecimento dos conflitos agrários que estavam acontecendo nesses espaços. Embora tenha sido a fundadora do Movimento Negro no Estado através da fundação do CCN(1979), sua ação nas comunidades negras rurais data de 1976. Ver FIABANI, Adelmir. **Novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil.**(1988-2008). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

seus antigos donos, de compras de terras por ex-escravos que conseguiram a liberdade, de recompensa por prestação de serviços de escravos em guerras² e, ainda, de terras de Ordens religiosas deixadas a ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII, quando os jesuítas foram expulsos da colônia.

Essas comunidades “se auto-definiram como **quilombos** (grifo nosso), ou seja, comunidades negras que possuem modos específicos e próprios de lidar com a terra, de pescar, de manufaturar alimentos, de religiosidade e de língua” (CUNHA, 2005, p. 45).

O **quilombo** no contexto do movimento quilombola é elemento de afirmação da identidade étnica do negro, não no sentido em que foi representado no passado escravista do Brasil, significando local de isolamento ou refúgio das fugas do sistema, mas porque se apresenta como modelo no processo de resistência do negro. Em meio às discussões conceituais do termo remanescentes de quilombo, Arruti (2006, pp. 81/82) explica que o termo “remanescentes” presente na Constituição de 1988, introduz diferencial importante com relação ao outro uso do termo “quilombo”, pois as “reminiscências” de que trata não são os vestígios de antigos quilombos, mas “comunidades”, organizações sociais, grupos de pessoas que estejam ocupando suas terras”(grifos do autor). Ele se reporta aos “grupos que estejam se organizando politicamente para garantir esse direito...”

Ainda sobre remanescentes de quilombo, Martins (2010, pp. 164/165) pondera que, dada a dinamicidade das relações sociais deve-se entender o quilombo na atualidade como um lugar de recriações e não de isolamento, um lugar onde a presença da ancestralidade se traduz nas práticas, “no compartilhar de crenças e formas de ancestralidade”, adequado, portanto, ao uso que fazem do termo, as comunidades negras rurais dos dias de hoje. Ainda de acordo com a mesma autora, a partir do momento em que o Estado incorpora a categoria quilombo na política governamental suscita os grupos a mobilizarem-se formando as associações quilombolas a fim de estabelecer uma relação com o poder público.

Segundo Arruti (2006, p. 122), o fato de o Estado reconhecer as comunidades negras rurais como quilombolas implica em abrir espaço para a legalização de muitos direitos que antes se sustentavam apenas na “observação da diversidade histórica, étnica e cultural da

² No Maranhão, a revolta da Balaiada ocorrida entre fins de 1838 e início de 1841 desorganizou muitas fazendas, provocando a fuga de escravos. No final do século XIX, a participação na Guerra do Paraguai era uma esperança de liberdade e recompensa para muitos escravos, desde que sobrevivessem.

população compreendida pelos limites do Estado brasileiro” ao mesmo tempo em que cria a “necessidade de atrelar esse conhecimento a um ato de nomeação”. Por outro lado, com isso se converte o que era subversão em princípio, “em um processo de fixação e cristalização de novas identidades”. Não se pode dizer se essas comunidades ao se auto definirem como remanescentes de quilombo estão assumindo todos os valores de seus ancestrais negros. Porém, existe um elemento que une todos a seu favor: a terra. A terra seria então, a condição que define a identidade nessas comunidades (GUSMÃO, 1996).

Para Munanga (2006, p, 96) o processo de mestiçagem encorajado no Brasil com vistas a fazer desaparecer a população negra, embora tendo fracassado deixou marcas profundas na população brasileira não branca, dificultando o sentimento de solidariedade entre mulatos e negros puros. Sem essa solidariedade o processo de identidade negra fica comprometido. Enquanto isso Martins (2010, 164) pondera que “a identidade é construída a partir de processos de mobilização”.

As comunidades remanescentes de quilombos são então espaços de preservação da identidade negra em função de vários aspectos presentes: o auto-reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, condição primeira para a emissão do Certificado; o uso comum do território para a sobrevivência da comunidade; a preservação de costumes e manifestações diversas (religiosas, culturais) cujas raízes se encontram na cultura negra, assim como preservação dos recursos naturais. Por outro lado, ao organizarem-se como comunidades remanescentes de quilombos os negros ressignificam os termos depreciativos usados pelas elites dominantes - o vocábulo “quilombo” por exemplo – surgem seu favor, como elemento de reforço da sua auto-estima.

O Maranhão figura entre os estados brasileiros com maior número de comunidades negras rurais reconhecidas ou em vias de serem reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombo, porém, são poucas as que possuem título de posse dessas terras³. O Estado foi também um dos pioneiros no processo de conscientização das comunidades negras rurais, através do Centro de Cultura Negra (CCN), que deu início a esse trabalho desde 1986 organizando o *I Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão*. Desse

³ De acordo com dados fornecidos pela ACONERUQ, são 37 as comunidades remanescentes de quilombos que possuem títulos da terra no Estado do Maranhão, títulos esses emitidos pelo ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão.

encontro sairiam propostas para as discussões na Carta Constitucional em elaboração no Congresso Nacional (ARRUTI, 2006, p. 89). Além desse, vários outros encontros foram realizados, ainda apoiados pelo CCN e SMDH até a criação do órgão que representa as comunidades quilombolas no Maranhão na atualidade, a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ).

A ACONERUQ foi criada em 1997 pelos quilombolas do Maranhão com o objetivo de fortalecer a luta desse segmento pela garantia de seus direitos. Essa Associação serve como fórum de representação dos quilombolas junto aos organismos nacionais e também internacionais, e conta atualmente com 722 comunidades associadas, sendo que, pelo menos vinte dessas comunidades já possuem os respectivos títulos das terras, o que totaliza cerca de 2,77%.⁴

O processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão passa por várias etapas. A primeira etapa consiste na aceitação dos moradores da localidade em serem comunidade quilombola, o que acontece em uma assembléia onde os presentes concordam em se auto-definirem como quilombolas. Para que essa decisão tenha valor legal é necessário o seu registro em Ata. De posse da Ata e de um histórico que relacione essa comunidade com um passado de ocupação territorial da população negra, submete-se à aprovação ou não da ACONERUQ por ocasião da realização do seminário de eleição que acontece a cada três anos. Quando aprovada, se dá então a filiação à entidade estadual, o que determina o seu reconhecimento a nível estadual. Após essa etapa a documentação produzida é enviada para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que por sua vez encaminhará para a Fundação Cultural Palmares (FCP) para oficializar reconhecimento nacional através da Certidão de auto-reconhecimento. Por fim a FCP devolve o processo para o INCRA que deverá fazer a demarcação do território. A representação estadual deverá notificar a comunidade interessada informando sobre o ato de reconhecimento.⁵

O MOVIMENTO QUILOMBOLA EM PINHEIRO.

⁴ www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/

⁵ Essas informações foram prestadas pelo Senhor Raimundo Aldo Costa, Presidente da Comunidade Remanescente de Quilombo “Santana dos Pretos”, a qual é uma espécie de comunidade-mãe das demais comunidades quilombolas do Município de Pinheiro-MA.

O movimento quilombola no município de Pinheiro tem se intensificado nos últimos anos, sobretudo a partir da Constituição de 1988, pois, de acordo com os depoimentos de moradores de comunidades quilombolas do município, essas se organizaram, sobretudo, a partir do final da década de 1990 e início da década de 2000.

De acordo com o depoimento do Senhor Raimundo Aldo Costa, presidente da Comunidade Remanescente de Quilombo “Santana dos Pretos”, localizada nesse município e vice-presidente da ACONERUQ, estão mapeadas em Pinheiro pelo menos vinte e duas comunidades remanescentes de quilombos, sendo nove reconhecidas a nível Estadual, cinco a nível nacional e duas tituladas. As comunidades são as que seguem: Santana dos Pretos, Altamira, Rio dos Peixes, Outeiro, Vitória dos Braga, Benfica, Ribeirão de Baixo, Cuba, Rumo dos Abreu, Queimada do João, Purão dos Pirrós, Roque, Santa Teresa, Sudário, Proteção, Pirinã, Pacoã, Cotovelo, Espírito Santo, Belo Monte, Ponta do Lago e Tatuzinho.

Apesar do expressivo número de comunidades quilombolas no município de Pinheiro, não existem ainda estudos que abordem esse assunto, daí o interesse desta pesquisa em voltar-se para esse município, a fim de entender os caminhos percorridos pelo movimento no município, resultando na formação de tantas comunidades quilombolas, até porque nos trabalhos sobre a região, Pinheiro não figura como local de muitos quilombos no passado escravista. Objetiva-se assim, responder entre outras perguntas, como e por quê teriam vindo tantos negros para Pinheiro?

Para encontrar respostas para essas e outras questões a respeito do movimento quilombola na Baixada Ocidental Maranhense, em especial no município de Pinheiro, é importante que se refaça o caminho por ele percorrido até o estágio em que se encontra, tentando, através de vestígios armazenados nessas comunidades e em outros espaços, re(construir) a trajetória do movimento, entendendo que, apesar de existirem outros, a memória daqueles que protagonizaram o evento representa importante depositário desses vestígios.

Consultando alguns documentos denominados “resumos históricos”⁶ de algumas comunidades quilombolas, percebeu-se que, entre as localizadas no município de Pinheiro, algumas podem ter se constituído a partir da chegada de negros fugidos do trabalho escravo em outros municípios, mesmo que não tenham sido necessariamente um quilombo. A comunidade de Rio dos Peixes declara em seu breve histórico ⁷ que o primeiro morador do povoado teria sido um negro conhecido como Valentino, o qual seria fugitivo de Alcântara-MA e que mais tarde faleceu naquela comunidade. Depois dele teria chegado outro fugitivo de Alcântara, conhecido como Plácido, que também morreu naquela localidade. A partir das narrativas de moradores mais antigos, quando esse passado negro veio à tona, foi então criada a Associação dos Moradores do lugar que mais tarde filiou-se ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pinheiro a fim de obter respaldo maior na sua luta pelo reconhecimento como comunidade quilombola, e na atualidade, está entre as poucas comunidades remanescentes de quilombo no Maranhão que possuem a titularidade das terras.

A comunidade quilombola Roque (Pinheiro), de acordo com relatos de moradores é fruto de doação das terras pelos proprietários, um casal de italiano para uma senhora de nome Domingas Dourado. O território doado seria de sete léguas quadradas, equivalendo a 176400 ha. Esse território teria se esfacelado a partir da virada do século XIX para o século XX, por ocasião da chegada de fazendeiros que trocaram animais por pedaços de terra, prometendo aos descendentes de escravos não expulsá-los do local. Hoje a comunidade conta com apenas 99 ha que foram doados ao santo padroeiro do local, São Roque, e encontra-se em processo de reconhecimento.⁸ É um território denominado de *terra de santo*, conforme classifica Almeida (1989)

A Comunidade Santana dos Pretos, segundo relato do seu Presidente⁹, teria se originado a partir do Senhor Conrado que era um dos herdeiros de terra. Ele era filho de escravo e morreu com 84 anos. Depois dele teria vindo um Senhor chamado Setório também

⁶ No processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos é exigido um breve resumo histórico, para respaldar o pedido de reconhecimento.

⁷ Informações fornecidas pelo Senhor Valdiná Reis, presidente da Associação de Moradores da Comunidade de Rio dos Peixes – Pinheiro-MA.

⁸ Essas informações constam no histórico do povoado utilizado para o processo de reconhecimento.

⁹ A entrevista foi realizada em 26 de maio de 2011 com o Senhor Raimundo Aldo Costa, presidente da comunidade quilombola de Santana dos Pretos no município de Pinheiro-MA.

herdeiro das terras. Por ocasião da morte desse último as terras ficaram para o filho adotivo de nome Romão Soares.

Mais tarde, outros moradores foram chegando ao lugar, cujos avós e pais foram escravos. Outros moradores teriam vindo das comunidades Cuba e Estrela. Segundo o presidente, muitas pessoas, cujos pais ou avós foram escravos, habitaram a comunidade de Santana dos Pretos. Em seu relato ele diz que “os escravos se alojavam no Cuba e fugiram para cá”

Posteriormente, as terras foram vendidas para um grupo comercial da cidade de Pinheiro. Em 1990 a comunidade entrou com o pedido de desapropriação, concedido em 1996. O reconhecimento como comunidade quilombola foi requerido em 1994 e concedido em 2003. Até os dias atuais eles lutam pela titulação da terra em favor dos moradores locais.

A comunidade quilombola Cuba pelos relatos colhidos em outras comunidades, tem um papel relevante nesse processo de recepção e distribuição de negros em algumas comunidades negras rurais de Pinheiro que hoje são comunidades remanescentes de quilombo. Depoimentos de moradores de Santana dos Pretos, Estrela, Espírito Santo, apontam que muitos de seus moradores vieram da Comunidade Cuba.

Está situada a 27 km da cidade de Pinheiro, possuindo cerca de 130 famílias, ocupando uma área de 1.089 há, é formada por negros e não-negros, fenotipicamente falando. Os atuais moradores teriam sido atraídos pelo engenho de cana-de-açúcar que existia no lugar.¹⁰ Com a extinção desse engenho, ocorrida após a morte do proprietário, a área foi desapropriada pelo INCRA e transformada em assentamento agrícola em favor dos moradores.

A comunidade é reconhecida como comunidade quilombola a nível estadual desde 2009 pela ACONERUQ e está no aguardo do reconhecimento em nível nacional pela Fundação Cultural Palmares. O presidente da comunidade relatou que as manifestações festivas de raiz africana como o tambor de crioula, o toque de caixa e a pajelança faziam parte da lista de festas realizadas na comunidade, mas que hoje apenas a pajelança persiste, destacando ainda o avanço da religião protestante no lugar.

¹⁰ Informações fornecidas pelo Presidente da Comunidade, senhor José Benigno, em entrevista concedida em 27.10.2012.

O movimento quilombola na Baixada Ocidental Maranhense que se inicia por volta dos anos 1980 continua avançando. Movido por insatisfação com a entidade que representa as comunidades quilombolas no Maranhão, a ACONERUQ, outra linha de luta, agora liderada pela Igreja católica, alguns professores e estudantes universitários assim como integrantes de comunidades negras rurais, vem se levantando: o MOQUIBOM.

As informações que se tem sobre o MOQUIBOM apontam que o mesmo tem início por ocasião de conflitos de terra entre moradores de comunidades negras no município de Serrano-MA e proprietários rurais no ano de 2011. Os primeiros estudos voltados para o MOQUIBOM estão sendo elaborados por estudantes universitários que têm participado dos encontros de formação realizados em vários municípios maranhenses. De forma superficial, percebe-se que há uma forte presença religiosa no Movimento, o que talvez represente um fato importante de ser aprofundado pela academia.

As situações acima colocadas apontam que apesar dos trabalhos que já foram feitos sobre o movimento quilombola no Maranhão, em especial na Baixada Ocidental Maranhense, o tema está aberto a muitas outras pesquisas que possam trazer novos dados sobre a questão, sobretudo, porque em todos os seus municípios existem comunidades auto-declaradas como remanescentes de quilombos, e os estudos ora existentes ainda não contemplam todas elas, daí, como já foi dito, o interesse em estudar esse movimento no município de Pinheiro, cujo passado escravista não está bem esclarecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Mundinha. **Insurreição de Escravos em Viana** 1867. São Luís; 2ª Ed, Edições AVL, 2006.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Quilombos maranhenses. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Ana Stela de A. **Falando em quilombo**: a implementação da Lei 10639 na sala de aula. São Luís, 2005.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva.(org.). **O Espaço Geográfico da Baixada Maranhense**. São Luís, JK Gráfica Editora, 2012.

FIABANI, Adelmir. **Novos Quilombos**: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil.(1988-2008). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Reflexão, preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva, Maranhão.In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.) e outros. **Caderno de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**; Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colégio de México, 1999.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: Quilombos Insurreição Guerrilhas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PROJETO VIDA DE NEGRO. **Vida de Negro no Maranhão**: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. Coleção Negro Cosme, v. IV; São Luís, 2005.

_____.Terra de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. Coleção Negro Cosme, v.III. São Luís, 2002.